



**Câmara Municipal de Bom Jesus da Penha - Bom Jesus da  
Penha - MG**

Sistema de Apoio ao Processo Legislativo



000050

**COMPROVANTE DE PROTOCOLO - Autenticação: 02025/05/19000050**

<b>Número / Ano</b>	000050/2025
<b>Data / Horário</b>	19/05/2025 - 11:40:21
<b>Assunto</b>	Da Advogada do Legislativo referente ao Projeto de Lei nº06/2025 de autoria do Legislativo.
<b>Interessado</b>	Mirelly de Paula Tâme Lima - Advogada do Legislativo
<b>Natureza</b>	Administrativo
<b>Tipo Documento</b>	Parecer Jurídico
<b>Número Páginas</b>	2
<b>Emitido por</b>	admin



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA**

**CNPJ 05.679.293/0001-07  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

### **PARECER JURÍDICO**

#### **ADVOGADA DO LEGISLATIVO**

#### **PROJETO DE LEI N.º 06/2025**

**EMENTA:** Altera a Lei n.º 1.513/2022 que Cria a tabela de vencimentos dos cargos efetivos e dos cargos comissionados, dando outras providências.

### **I - DO RELATÓRIO**

Foi solicitado parecer jurídico pela Presidente da Câmara Municipal a cerca da legalidade, formalidade e constitucionalidade do Projeto de Lei 06/2025 oriundo dos membros da Mesa Diretora que trata de alteração da lei n.º 1.513/2022.

### **II –DO PARECER**

#### **2.1. Da Competência e Iniciativa**

O Projeto versa sobre matéria de competência do Município encontrando amparo no art. 49 da Lei Orgânica Municipal.

#### **2.2. Da tramitação e Votação**

Preliminarmente, a propositura deverá ser submetida ao crivo das Comissões Permanentes de Legislação, Justiça e Redação Final e de Finanças, Orçamento e Tomada de Contas.

##### **2.2.1. Da aprovação do Projeto**

O *quórum* para aprovação do projeto de Lei n.º 06/2025 será por **maioria simples** (art. 83 do R.I) e em turno único (art.72 do R.I).

*Handwritten signature/initials*



## **CÂMARA MUNICIPAL DE BOM JESUS DA PENHA**

**CNPJ 05.679.293/0001-07  
ESTADO DE MINAS GERAIS**

Ressalte-se a obrigatoriedade do Presidente da Mesa Diretora votar em projetos caso venha a dar empate nas votações (inciso III do art. 111 do R.I).

### **III – DA CONCLUSÃO**

Todo o exposto trata-se de um parecer opinativo, ou seja, tem caráter técnico-opinativo que não impede a tramitação e até mesmo consequente aprovação. Nesse sentido é o entendimento do SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL que, de forma específica, já expôs a sua posição a respeito, *in verbis*:

**“O parecer emitido por procurador ou advogado de órgão da administração pública não é ato administrativo. Nada mais é do que a opinião emitida pelo operador do direito, opinião técnico-jurídica, que orientará o administrador na tomada da decisão, na prática do ato administrativo, que se constitui na execução *ex officio* da lei. Na oportunidade do julgamento, porquanto envolvido na espécie simples parecer, ou seja, ato opinativo que poderia ser, ou não, considerado pelo administrador.” (Mandado de Segurança nº 24.584-1 - Distrito Federal - Relator: Min. Marco Aurélio de Mello – STF.) *Sem grifo no original.***

Assim sendo, em obediência às normas legais, esta Assessoria Jurídica opina pela correção ora apresentada e posteriormente pela possibilidade de tramitação do presente Projeto de Lei.

Este é o parecer, salvo melhor juízo.

Bom Jesus da Penha/MG, 19 de maio de 2025.

**Mirelly de Paula Tâme Lima  
Advogada do Legislativo  
OAB/MG 97.867**